

Entrevista com Julio Assis Simões

Por Silvia Aguião

Maio de 2010



Graduado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo - USP, mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP. Professor do Departamento de Antropologia da USP, pesquisador colaborador do PAGU - Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP. Atua principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, cultura e política, envelhecimento e

periodização da vida, sexualidade e gênero. Publicou, entre outros, *O dilema da participação popular* (prêmio ANPOCS de melhor dissertação de mestrado em 1991) e, em co-autoria com Regina Facchini, *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT* (2009).

Como é que você começou a trabalhar com questões relacionadas a sexualidade e direitos?

Entrei no mestrado na Unicamp, em 1981, com um projeto de pesquisa sobre sexualidade e classes populares. Esse interesse por sexualidade tinha a ver com questões existenciais, pessoais e políticas. Eu era leitor do *Lampião*¹ e em 1979 eu tinha participado do grupo Somos². Uma participação discreta, mas que foi muito importante para minha trajetória. Ali eu conheci pessoas que ainda hoje são meus grandes amigos, uma espécie de segunda família. E lá no Somos eu conheci também o Edward MacRae³. Naquele momento ele estava na Unicamp e fazia pesquisa sobre o *Somos*, uma pesquisa em Antropologia, orientada pelo Peter Fry. Aquilo foi uma descoberta para mim: puxa, é possível discutir sexualidade como tema nas ciências sociais! Porque não era uma coisa que tinha me ocorrido nos meus anos anteriores da graduação, na USP. Mas

¹Jornal *O Lampião da Esquina*, considerada a primeira publicação voltada para o público homossexual no Brasil, circulou no período entre 1978 e 1981. (ver mais em: Ferreira, Carlos. “Imprensa homossexual: surge o Lampião da Esquina”. *Revista Alterjor* – ECA-USP. Ano 1., Vol.1, ed.1. Jan-dez 2010. disponível: http://www.usp.br/alterjor/Ferreira_Lampiao.pdf acesso em agosto de 2010)

²SOMOS- GRUPO DE AFIRMAÇÃO HOMOSSEXUAL. Fundado em 1978 e considerado pioneiro na militância política homossexual no Brasil. (para saber mais: MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "abertura"*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990)

³Antropólogo, defendeu em 1986 a tese *O Militante Homossexual no Brasil da Abertura*, uma etnografia a respeito dos movimentos sociais na década de 70. Atualmente é professor do Departamento de Antropologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia e pesquisador associado do Centro de Estudos e Terapia do Abuso de Drogas. Algumas publicações: *A Construção da Igualdade*. Campinas: Editora Unicamp, 1990; em co-autoria com Peter Fry, *O que é homossexualidade*. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991; em co-autoria com Julio Simões, *Rodas de fumo: o uso da maconha entre camadas médias urbanas*. 2. ed. Salvador: EDUFBA/ CETAD, 2004.

associando sexualidade com a questão dos movimentos sociais, aí sim. Paralelamente, isso também ajudou a despertar meu próprio interesse na Antropologia, através dos cursos feitos com Eunice Durham⁴ e Ruth Cardoso⁵, sobre sistemas simbólicos, ideologia e participação política. E também despertou o interesse em Foucault, que liamos nos cursos de Ruth, Eunice e José Augusto Guilhon Albuquerque, na USP, em 1978, 1979, por aí. Tudo isso em sincronia deu a inspiração para pensar um projeto de mestrado que, de alguma maneira, conectasse sexualidade, cultura e política. Então eu fiz um projeto sobre sexualidade nas classes populares, na verdade era mais um ensaio do que um projeto, e foi com ele que eu entrei no mestrado na Unicamp; minha intenção era ser orientado pelo Peter Fry⁶, que estava lá ainda. Peter até então não tinha publicado textos sobre movimento ou sobre direitos homossexuais, mas já tinha publicado uma primeira versão do seu famoso texto sobre homossexualidade e os cultos afros em Belém, “Mediunidade e Sexualidade”, na revista *Religião e Sociedade*, se não me engano em 1977⁷.

Aconteceu, porém, que, no final das contas, eu não consegui desenvolver isso no mestrado. Eu acompanhei o trabalho do Edward sempre, primeiro nessa condição de militante, depois vendo como ele foi desenvolvendo a idéia, que vinha das leituras indicadas pelo Peter, de tratar a homossexualidade como um papel social, e que ele depois levou para o doutorado que fez na USP, na primeira metade dos anos 1980. Só que, no meu mestrado, eu acabei discutindo outras coisas, fui estudar o primeiro governo do PT [Partido dos Trabalhadores] em Diadema, competição política, participação popular, relação entre organizações populares e governos, essas coisas que também estavam na ordem do dia, na época – que vinham das preocupações que Ruth Cardoso e Eunice Durham traziam e que depois foram alimentadas por uma bibliografia

⁴ Antropóloga, professora titular da Universidade de São Paulo. Algumas entre as diversas publicações: *A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1973. *A reconstrução da realidade. Um estudo da obra etnográfica de Bronislaw Malinowski*. São Paulo: Ática, 1978. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

⁵ Antropóloga, atuou como docente na Universidade de São Paulo e foi diretora do Universidade de São Paulo e foi diretora do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Desenvolveu pesquisas na área de Cultura e Política, privilegiando temas como: movimentos sociais, participação política, mobilidade social e imigração. Entre os anos de 1995 e 2002, foi primeira-dama do Brasil, durante o mandato de seu marido Fernando Henrique Cardoso.

⁶ FRY, Peter. *Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. FRY, Peter e MacRae, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983. FRY, Peter. *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

⁷ Fry, Peter. “Mediunidade e Sexualidade”. *Revista Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 25-39, 1977.

de estudos antropológicos de política local que descobri na Unicamp, com Peter e com a Bela Feldman-Bianco. Mesmo assim, eu mantive uma relação de amizade muito forte com o Edward, a família dele tinha casas em Campos do Jordão e Caraguatatuba, onde passamos algumas temporadas, levávamos coisas para estudar, para produzir relatórios, textos, papers, e então eu acompanhava sempre o trabalho dele, assim como de outros colegas, como o Nestor Perlongher, que também tinha se tornado aluno do mestrado em Antropologia na Unicamp, e fazia sua pesquisa sobre os michês em São Paulo.

Acompanhei também boa parte da produção que foi feita, mais sobre movimentos sociais, um pouco sobre a discussão da AIDS. Na verdade, da segunda metade nos anos 1980 em diante, vários ativistas do movimento homossexual estavam se convertendo em ativistas do movimento de combate à AIDS. Quando eu entrei no doutorado em Ciências Sociais, na Unicamp, já nos anos 1990, cheguei a acalentar a idéia de pesquisar o movimento social ligado à questão da AIDS. Fui à UERJ, participar de seminários com o Richard Parker⁸, aí por volta de 1991, 1992. Mas, de novo, circunstâncias me levaram a fazer outro recorte, de modo que no doutorado eu fui estudar movimento social de aposentados, gerações e envelhecimento com a Guita Grin Debert⁹.

Assim só tomei de fato a sexualidade como tema de reflexão e pesquisa bem mais recentemente, depois que concluí o doutorado e passei no concurso para o departamento de Antropologia na USP, em 2001. Acompanhar o trabalho da Regina Facchini¹⁰ foi um

⁸Atualmente é professor titular e chefe do Department of Sociomedical Sciences e diretor do Center for Gender, Sexuality and Health na Mailman School of Public Health da Universidade Columbia em Nova Iorque, professor Adjunto no Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Voluntário do Associação Brasileira Interdisciplinar da Aids. Algumas publicações: *Corpos prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo* (São Paulo: Best Seller, 1996); em co-organização com Rosalind Petchesky e Albert Sember, *Políticas sobre Sexualidad: Reportes desde las líneas del frente* (2004, disponível em: <http://www.sxpolitics.org/frontlines/espanol/book/index.php>). Em co-autoria com Sonia Correa e Rosalind Petchesky, *Sexuality, Health and Human Rights* (Routledge, 2008). Entrevista publicada na revista Horizontes Antropológicos (Porto Alegre, ano 8, n. 1, p. 253-262, junho de 2002, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ha/v8n17/19085.pdf>)

⁹ Professora do Departamento de Antropologia da UNICAMP, pesquisadora associada do PAGU (Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP). Trabalha principalmente com os seguintes temas: velhice, família, curso da vida, gênero e violência. Algumas publicações: *A Reinvenção da Velhice. Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 1999. *Gender and Democracy*. Sephis on line, Amsterdam, Holanda, v. 11, n. 1, p. 1-12, 2006. Em co-organização com Maria Filomena Gregori e Marcella Beraldo de Oliveira, *Gênero, família e gerações: Juizado Especial Criminal e Tribunal do Júri*. 1. ed. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero - UNICAMP, 2008.

¹⁰ Antropóloga, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU e professora colaboradora do Programa de Doutorado em Ciências Sociais, ambos da UNICAMP. Tem atuado principalmente nos seguintes temas: cultura e política, movimentos sociais, gênero, sexualidade, homossexualidade e interseccionalidades (articulações entre marcadores sociais de diferença - sexualidade, gênero, classe, geração, cor/raça). Atua, ainda, na área de Saúde Coletiva, especialmente nos seguintes temas: aids,

impulso interessante nessa direção. A Regina era aluna da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (ESP), quando eu passei a dar aulas lá, no começo dos anos 1990. Embora eu não tenha sido professor dela, nós nos conhecemos lá e ficamos próximos. Para se formar na ESP tinha de fazer um TCC, um trabalho de conclusão de curso, e a Regina estava justamente começando a pesquisar o que estava acontecendo com o movimento homossexual, depois do impacto da AIDS e da chegada dos financiamentos internacionais e governamentais para o combate à epidemia. Não orientei o TCC da Regina, mas estive na sua banca de formatura na ESP e depois acompanhei seu trabalho quando ela ingressou no mestrado na Unicamp, inclusive estive presente no seu exame de qualificação de mestrado, foi uma participação informal porque eu ainda não tinha terminado o doutorado, mas tinha lido o relatório, dei um monte de sugestões, e mais tarde acabei fazendo parte da banca examinadora da dissertação. Quando entrei na USP, como eu vinha da discussão anterior de aposentadoria, curso da vida, gerações, envelhecimento, pensei num projeto cruzando envelhecimento e homossexualidade. Uma maneira de continuar as coisas que eu já tinha feito, mas focalizando um tema em que eu tinha interesse, mas sobre o qual nunca tinha me debruçado de modo sistemático. Na Antropologia da USP, até o começo desta década, não tinha nenhuma linha de pesquisa focalizando a temática de gênero ou de sexualidade, então também foi uma maneira de juntar um interesse que eu tinha com a necessidade de preencher uma lacuna no âmbito do Departamento e do Programa de Pós-Graduação.

E passa a ter linha de pesquisa sobre sexualidade na Antropologia da USP desde que você entrou?

De certa maneira, sim, comecei a dar cursos e orientar pesquisas por aí. Mais recentemente, o Programa criou a linha de pesquisa sobre Marcadores Sociais da Diferença. Acho que isso também faz parte dessa transformação que ocorreu com a sexualidade como tema de pesquisa em Ciências Sociais, ao longo da década de 2000. Não sei se isso se deu na América Latina toda. Mas certamente aqui no Brasil, os estudos de sexualidade passaram por uma grande expansão e diversificação nos anos 2000. Para isso, acho que duas instituições foram especialmente importantes: uma é o

sexualidade, gênero, saúde reprodutiva e políticas públicas. Algumas publicações: "Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90" (Rio de Janeiro: Garamond, 2005); "Política, Direitos, Violência e Homossexualidade. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT São Paulo 2005", em co-autoria com Sérgio Carrara, Silvia Ramos e Júlio Assis Simões (Rio de Janeiro: CEPESC, 2006) e "Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ou LGBT", em co-autoria com Júlio Assis Simões (São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2009).

CLAM [Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos]¹¹, que deu um tipo de apoio fundamental para fomentar a reflexão numa temática que não era ainda completamente legitimada no âmbito das Ciências Sociais. Sexualidade você estudava em Psicologia e, claro, nas Ciências Biomédicas, mas ainda tinha pouco trabalho em Ciências Sociais. Apesar daquele *boom* que teve no final dos anos 70, houve um *gap* aí. Claro que a temática dos direitos sempre apareceu, sobretudo na discussão do HIV, das pessoas vivendo com HIV. E também direitos reprodutivos, no campo relacionado ao feminismo. Mas isso tudo também cresceu de meados de 90 para cá, e nos anos 2000 você tem essa grande mudança. O CLAM é uma instituição importante por conta disso, porque ele faz justamente essa interface complicada, mas ao mesmo tempo fundamental, entre academia, movimentos e políticas públicas. Essa proposta se consolidou com sustentação, com aporte institucional, com recursos, e isso começou então a estimular e diversificar as próprias pesquisas.

Outra instituição importante nesse sentido foi o Núcleo de Estudos de Gênero PAGU¹², da Unicamp. No PAGU, estavam algumas das minhas ex-professoras, como a Mariza Corrêa¹³, e a Guita Debert. E estavam também pesquisadoras que foram minhas colegas de trajetória e formação, como a Heloísa Pontes¹⁴ e a Maria Filomena Gregori¹⁵. No começo de 2000, o PAGU estava se preparando para desenvolver um grande projeto

¹¹<http://www.clam.org.br/>

¹²Núcleo de Estudos de Gênero localizado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), “é um centro interdisciplinar de pesquisa voltado para a produção e disseminação do conhecimento em torno da problemática de gênero. As atividades de pesquisa congregam especialistas que desenvolvem estudos no âmbito de diferentes tradições disciplinares, contemplando temas variados, abordados a partir de diversas perspectivas teóricas” (<http://www.pagu.unicamp.br/>). Desde 1993, o núcleo edita o periódico *Cadernos PAGU*, que pode ser acessado em: <http://www.pagu.unicamp.br/?q=node/25>

¹³ Professora aposentada do Departamento de Antropologia da Unicamp. Atualmente é pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU da mesma universidade. Integra o corpo docente da Área de Gênero no Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp. Algumas publicações: *Morte em Família: Representações Jurídicas de Papeis Sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983; *Gênero e Cidadania*. 1. ed. Campinas: Pagu/Unicamp, 2002; *Vida em Família: uma perspectiva comparativa sobre "crimes de honra" / Family Life: a comparative perspective on "crimes of honour"*. 1. ed. Campinas: Pagu/Unicamp, 2006.

¹⁴ Professora do Departamento de Antropologia da Unicamp, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU. Suas pesquisas estão voltadas para a antropologia urbana, a sociologia e a etnografia da vida intelectual, a história social do teatro brasileiro, e as relações entre gênero e corporalidade.

¹⁵ Antropóloga, professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Atua principalmente nos seguintes temas: gênero, estudos de gênero, violência urbana e antropologia urbana. Algumas publicações: *Cenas e Queixas - um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista* (São Paulo: Paz e Terra/Anpocs, 1993); *Viração - experiência de meninos nas ruas* (São Paulo: Companhia das Letras, 2000); em co-autoria com Cátia Aida da Silva, *Meninos de Rua e as Instituições* (São Paulo: Contexto, 2000). Organizou as seguintes coletâneas: com Adriana Piscitelli e Sergio Carrara, *Sexualidade e Saberes: convenções e fronteiras* (Rio de Janeiro: Garamond, 2004); com Guita Grin Debert e Adriana Piscitelli (orgs) *Gênero e Distribuição de Justiça: as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças* (Campinas: Pagu, 2006).

voltado para a discussão de corporalidade, que também renovava o interesse em sexualidade. Para mim, em particular, ingressar nesse projeto significou ao mesmo tempo uma retomada de relações de amizade e uma rearticulação de interesses intelectuais e profissionais. No projeto temático do PAGU, tinha um eixo ligado a erotismo e sexualidade, no qual trabalhavam Adriana Piscitelli, Maria Filomena Gregori e eu. Entrei com o meu projeto, que não está completado ainda, sobre experiências de envelhecimento e homossexualidade masculina. Produzi um texto discutindo questões sobre identidade sexual e cruzando com discussões sobre geração e periodização da vida, que saiu numa coletânea resultante de um dos primeiros seminários que o CLAM organizou depois de se estabelecer. “Sexualidade e Saberes” foi em 2003 o seminário e em 2004 saiu o livro¹⁶, que é um marco tanto da relevância dessas duas instituições parceiras quanto da expansão recente dos estudos de sexualidade e gênero nas Ciências Sociais brasileiras nesta última década.

Você podia falar um pouco, agora mais especificamente, quais autores, professores ou correntes que influenciaram na sua formação e no que você traz também para o seu trabalho atual?

Bom, primeiro de tudo, o trabalho do Peter Fry. Já mencionei o “Mediunidade e sexualidade”, que é o estudo que ele fez sobre a “identidade sexual” masculina nos terreiros de Belém. Ali tem uma reflexão interessante que foi a base de sua visão sobre o modelo hierárquico de classificação de papéis sexuais masculinos, os “homens” e as “bichas”, os ativos e os passivos, que Fry vai depois contrapor ao modelo chamado de igualitário-moderno, dos “entendidos”, dos “gays”. Isso aparecia num texto que nos anos 1970 circulava apenas de forma restrita, e que veio a ser publicado, de forma revista e ampliada, em 1981, na coletânea *Para inglês ver*. Meu contato inicial com as pesquisas do Peter foi mesmo o texto “Mediunidade e sexualidade”, mas eu o li quando já tinha o *Lampião*. Talvez porque eu também estava me sentindo “gay” de fato, nesse momento. Quer dizer, não tinha *o gay*, não era bem essa identidade que a gente supostamente afirmava naquele momento, a palavra “gay” ainda não era tão popular, soava como “imperialista” para alguns, mas eu estava também, por assim dizer, tentando me resolver com relação a minha própria identidade sexual, nesse momento. A reflexão do Peter sobre a concorrência e convivência entre modelos distintos de categorias e identidades sexuais foi uma grande influência. Tanto que, recentemente eu

¹⁶ Piscitelli, A. ; Gregori, M. F.; Carrara, S.. (Org.). *Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras*. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

e o Sérgio Carrara¹⁷ escrevemos um artigo¹⁸ que recupera um pouco a importância desse debate na antropologia brasileira nesse tempo. Acho que esse debate ainda continua fresco, tem ideias muito poderosas ali. A comparação dos dois modelos ainda é rentável, a persistência e a mobilidade da hierarquia de gênero na construção das relações ditas homoeróticas permanecem questões relevantes, e já se chamava a atenção para as tensões envolvidas na luta pelos direitos homossexuais, naquilo que poderia implicar certo fechamento identitário. Quer dizer, a luta por direitos parecia se adequar só para aqueles “modernos” e “conscientes” que se definiam como “homossexuais”, “entendidos”, “gays” e, muitas vezes, menosprezavam as “bichas”, sapatões e travestis. O *Somos* vivia em meio a esse debate. O *Somos*, quando eu participei dele, era mais um grupo de estudantes, a maioria era jovem como eu, 20 e poucos anos. Tinha alguns um pouco mais velhos e mais influentes, como o João Silvério Trevisan, mas quase todos eram jovens, mais ou menos intelectualizados, que pretendiam promover outra imagem para a homossexualidade masculina, uma imagem mais positiva, digamos assim, deslocada dos estereótipos de afetação e afeminação das “bichas”. O grupo mesmo se considerava uma espécie de minoria entre a minoria, e se gastava muito tempo discutindo como dialogar com o chamado “gueto”, onde estavam as “bichas”. As tensões que apareciam na discussão teórica do Fry já estavam postas, já estavam lá, no cotidiano do grupo. E havia também um começo de crítica à própria idéia de identidade, se essa identidade sexual levada a extremos não implicaria um fechamento que fatalmente excluiria outros de participar dos eventuais benefícios que essa luta pela conquista de direitos poderia trazer.

Mas voltando a autores e influências. Na Unicamp, nesse momento, tinha também a Mariza Corrêa, que também lidava com as temáticas de corpo e feminismo. E havia também, da minha formação da USP, um interesse sobre movimentos sociais, uma linha de pesquisa que depois veio a se chamar Cultura e política, que, como já mencionei era

¹⁷Professor do Instituto de Medicina Social (IMS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e coordenador do Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM). Desenvolve pesquisas nos seguintes temas: antropologia do corpo e da saúde, sexualidade, gênero, homossexualidade, direitos humanos e violência. Algumas publicações: *Tributo a Vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40* (Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996); *Crime e loucura: O aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século* (Rio de Janeiro: Eduerj/Edusp, 1998); *Sexual Politics and Sexual Rights in Brazil: an overview*, em co-autoria com Adriana Vianna e Paula Lacerda (Global Public Health, v. 3, p. 5-21, 2008)

¹⁸Carrara, S. ; Simões, J. “Sexualidade ,cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira”. *Cadernos Pagu* (UNICAMP), v. jan, p. 65-100, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/05.pdf>

conduzida pela Ruth Cardoso e pela Eunice Durham. As duas eram antropólogas, mas nesse momento faziam parte da área de Ciência Política. O trabalho delas se voltava para pensar de que maneira as reflexões sobre sistemas simbólicos, classificação e representação, tão caras à Antropologia, poderiam orientar, estimular e renovar o modo como as ciências sociais lidava com problemas envolvendo movimentos sociais, ideologia e participação política. Havia um interesse em entender o que alguns viam, nesse momento, como um deslocamento da política: não focalizar só a dimensão institucional, mas prestar atenção na politização da vida cotidiana. Isso, claro, refletia também as discussões do movimento feminista, sobre a politização do privado, e tinha um acento especial no Brasil dessa época, com a ditadura e as restrições que pesavam sobre a política institucional. A época da minha graduação foi o começo da “abertura”, mas mesmo assim tudo ainda era tenso e complicado, o próprio Lampião foi perseguido, tinha censura, ameaça de intervenção nas universidades e tal. Então você tinha uma vida política que não acontecia nos canais oficiais de representação e participação. Olhar para essas formas de expressão política mais fluidas, “não-institucionais”, e tentar fazer uma aproximação entre movimentos sociais chamados ‘de base popular’ e os que apareciam como ‘novos movimentos sociais’, que estariam lidando com essas questões ligadas à existência ou ao cotidiano, com a politização de questões relacionadas à vida pessoal, com as lutas de gênero e sexualidade, era também um desafio interessante. Então, isso na formação se juntava. E é interessante que todos eles vêm de leituras inspiradas pela Antropologia, por certo marxismo, uma leitura aberta de Gramsci, e também outras influências teóricas, o feminismo, Foucault...

Isso é uma liga interessante na Unicamp, o Foucault, uma bibliografia feminista...

Pois é. Em 1979, na graduação em ciências sociais na USP liamos Foucault com o José Augusto Guilhon de Albuquerque, era uma leitura dirigida, quase orientada, boa para quem estava começando e sofrendo com livros como *Vigiar e Punir* e o primeiro volume da *História da Sexualidade*. Nessa época foi também publicada a coletânea *Microfísica do poder*. Isso era muito interessante, primeiro por conta dessa idéia que a gente hoje chama de ‘desnaturalização da sexualidade’, que a sexualidade tinha uma história e que as próprias categorias de identidade sexual, que estavam brotando ali como focos de discussão política, elas eram produtos de uma história e de um conjunto de relações políticas que estavam disseminadas na vida social... Enfim, isso tudo dava uma sinergia teórica e metodológica mesmo. Até porque Foucault não estava olhando

para o Estado exatamente para pensar a política, mas sim para as redes de micropoderes que o Estado capilarmente absorvia, digamos assim. Então tinha de prestar atenção no micro, no cotidiano, nas significações imbricadas nas práticas sociais. Sem deixar de lado que o Estado continuava lá, com suas variadas faces e sua posição de força, como insistiam Ruth e Eunice. Tudo parecia conversável, Foucault, Antropologia, política, as discussões sobre minorias e direitos sociais, isso tudo dava um fermento muito ativo na pesquisa e na reflexão de modo geral.

E mais recentemente, assim, nos últimos cinco anos, como você acha que essas questões evoluíram, quais os aportes teóricos mais interessantes ou menos interessantes... Quais também aqueles que já cumpriram seu ciclo, que talvez já não façam mais sentido para pensar?

Sobre sexualidade, acho que ainda tem muita coisa produtiva no modo como certa Antropologia trabalhava e no modo como certa Sociologia interacionista trabalhava. Goffman, hoje um clássico, não era um autor que se lia muito na graduação aqui na USP. A Sociologia americana era um pouco desprezada. E a Sociologia interacionista, especialmente, era mais desprezada, talvez porque ela carecesse, na leitura que se fazia, de um conceito de “estrutura”. Como quase todo mundo nas Ciências Sociais da USP nos anos 1970, fosse marxista ou não, era “histórico-estrutural”, seguindo a marca deixada pelo Florestan Fernandes, essa ideia de estrutura era muito importante. Desse ponto de vista, imaginar que se podia discutir sociedade e cultura a partir de um jogo de interações mais ou menos intencionais e abertas parecia uma metáfora teatral um tanto excessiva. Mas gosto muito das ideias de Goffman sobre a performance na vida cotidiana, especialmente quando são retomadas criticamente por Harold Garfinkel, num ensaio muito importante sobre a trajetória da Agnes, uma pessoa que se fez passar por alguém que sofria de ambigüidade genital, mas que na verdade seria o que se chama hoje de transexual¹⁹. Esse trabalho, que li pela primeira vez com a Mariza Corrêa, no mestrado na Unicamp, me parece que antecipa vários aspectos da discussão contemporânea de gênero e sexualidade por meio da noção de performatividade. A análise de Garfinkel, sobre o caso de Agnes, que se produziu como uma garota e foi avaliada por uma equipe médica liderada pelo Robert Stoller, é extremamente estimulante, porque mostra as operações das normas de gênero, na prática, redefinindo as supostas realidades corporais; e mostra também como as normas de gênero se

¹⁹Ver Garfinkel, Harold. *Studies in ethnomethodology*. Cambridge, UK, Polity Press, 1967.

produzem a partir da ação das próprias pessoas. Isso me parece que vai ao encontro de idéias que ganharam muita força dos anos 1990 para cá no campo dos estudos de gênero, especialmente por causa da influência de Judith Butler²⁰. A ideia da performatividade de gênero. Que gênero não diz respeito ao que se “é”, mas ao que “se faz”, que supõe um desempenho que precisa ser reiterado e cujo efeito normativo deriva dessa reiteração. Do mesmo modo, as discussões sobre as zonas de perigo e potência associadas às fronteiras criadas pelos sistemas de classificação, uma discussão que remonta à leitura pessoal do estruturalismo feita por Mary Douglas²¹ desde a década de 1960, e que influenciou o modo como o Peter Fry trabalhou com os modelos de categorias e identidades homossexuais, continuam na ordem do dia. Tem muita vitalidade ainda essa produção aparentemente “antiga”.

Mais recentemente, temos esses desdobramentos do impacto da obra do Foucault e dos chamados pós-estruturalistas, que, entre outras coisas, vão dar nisso que se chama teoria *queer*. Não tenho certeza do que a teoria *queer* traz de rigorosamente novo. O que me parece – e essa é uma leitura muito particular – é que a teoria *queer* traz mais recursos argumentativos, inspirados em reflexões sofisticadas, extraídas de certas correntes da linguística pragmática e da psicanálise, que inspiraram Judith Butler, e também dos estudos literários, que fortalecem abordagens já anunciadas por essa produção anterior em Antropologia e Sociologia que mencionei acima. Para exemplificar, podemos tomar a ideia de que a sexualidade é algo importante em termos de estratificação, ou de vetores de opressão, que ela conta para a produção social das diferenças e das desigualdades, de classe, inclusive. Essa idéia, que encontra uma formulação poderosa num ensaio muito influente da Gayle Rubin²², costuma ser associada à teoria *queer*, mas creio que tem nítidas relações de continuidade com a produção anterior que comentei. Do mesmo modo que a ideia de que gênero é relacional e performático. Não estou dizendo que a teoria *queer* não traz nada de novo, não é isso. Também não sei se a gente precisa avaliar sempre uma construção teórica por aquilo que ela revoluciona. Construções teóricas novas podem aperfeiçoar abordagens já delineadas por outras visões mais antigas. Muitas vezes, um conjunto de referências conceituais sofisticadas é

²⁰Butler, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003 [1990]. Butler, Judith. 2002. *Cuerpos que Importan*. Barcelona: Paidós.

²¹ *Pureza e Perigo*. Col. Debates. Ed. Perspectiva, São Paulo. 1.ed., 1976.

²²Professora de antropologia e *women's studies* da Universidade de Michigan. Alguns ensaios de grande destaque: “The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex” (1975), “Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality” (1984).

acionado para revigorar a sustentação de argumentos que não constituem propriamente uma novidade. Acho que isso se passa um pouco com o *queer*. O termo *queer* está se popularizando no Brasil, inclusive no campo do ativismo, em parte como uma maneira nova de se referir a antigos problemas relacionados às potencialidades e limitações da política de identidades. Talvez eu até tenha alguma parcela de responsabilidade nisso, já que co-organizei em 2007 um dossiê sobre estudos *queer* para um número especial dos *cadernos pagu*, junto com o Richard Miskolci²³, um colega sociólogo da UFSCar [Universidade Federal de São Carlos], com quem compartilho interesses em teoria e pesquisa. Esse dossiê a gente batizou de *Sexualidade Disparatadas*²⁴, título retirado de uma frase de Foucault no volume 1 da *História da sexualidade*. A idéia era difundir a tradução de um texto de referência importante para a teoria *queer*, “A epistemologia do armário”, de Eve Sedgwick – tentamos também incluir uma tradução do texto da Gayle Rubin, mas não foi possível. E também difundir reflexões e pesquisas que estavam sendo feitas no Brasil e que dialogavam com as referências *queer*, ou pelo menos enfrentavam as questões teóricas e metodológicas que tais referências colocavam, ou retomavam. Claro que essa é a minha visão do dossiê, o Richard Miskolci talvez o interpretasse de outro jeito. Mas nossas eventuais divergências não impediram uma colaboração frutífera na produção desse dossiê.

E você tem contato com parceiros da região, de outros países da região? Algum tipo de diálogo?

O contato tende a acontecer principalmente através da participação em eventos. Por exemplo, nas atividades promovidas pelo CLAM, nos encontros de Antropologia do Mercosul (RAM), e em seminários como os da IASCCS²⁵. Estive envolvido numa pesquisa comparada internacional sobre sexualidade, gênero e raça²⁶ coordenada pela Laura Moutinho²⁷, e também fizemos na USP dois eventos, em 2008 e 2009, reunindo

²³Professor de Sociologia da UFSCar., onde coordena o grupo de pesquisa Corpo, Identidades e Subjetivações.

²⁴ Dossiê publicado no *Cadernos. PAGU*. n.28, Campinas, jan./jun., 2007. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-833320070001&lng=pt&nrm=iso

²⁵ VI Conferência da Associação Internacional para o Estudo da Sexualidade, Sociedade e Cultura (IASCCS), evento que reuniu investigadores e ativistas de todos os continentes em Lima, Peru, em 2007. http://www.iasscs.org/2007conference/home_esp.htm

²⁶ *Projeto Relations among “race”, sexuality and gender in different local and national contexts*, coordenação Laura Moutinho. Resultados parciais das pesquisas integrantes desse projeto foram publicados em *cadernos pagu*, no. 35, 2010; e em *Sexuality Research and Sexual Policy*, no. 7, 2010.

²⁷ Atualmente é professora do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo (USP), possui trabalhos e pesquisas desenvolvidos em torno dos seguintes temas: Relações raciais, conjugalidade

pesquisadores norte-americanos que estudam temas de raça, gênero e sexualidade no Brasil. Dentre as atividades ligadas ao CLAM, uma experiência marcante foi ter participado, em 2005, da pesquisa sobre política, direitos e homossexualidade com participantes da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo²⁸. Foi um desafio fazer uma pesquisa numa das maiores paradas do mundo e foi muito estimulante acompanhar os desdobramentos dessa pesquisa não só nos outros estados do Brasil, mas também em países latino-americanos, na Colômbia, na Argentina, no México, e outros²⁹. E falando de pesquisadores, não posso deixar de mencionar novamente o saudoso Nestor Perlongher, seu trabalho também antecipa muito do que hoje passa por novidade na discussão de sexualidade e gênero. Quando veio ao Brasil, fugindo da ditadura argentina para refugiar-se na Unicamp, como ele dizia, Néstor tinha toda uma trajetória significativa, na literatura e no ativismo político. Seus interesses de pesquisa, especificamente relacionados à prostituição masculina, ele já tinha exercitado na Argentina no final dos anos 70. O tipo de reflexão que ele fazia naquele momento soava bastante avançada, bastante vanguardista, porque ele trazia outro conjunto de referências para a discussão que eram Deleuze & Guattari. Hoje Deleuze & Guattari voltaram à moda, numa onda que frequentemente se esquece das contribuições feitas pelo Nestor³⁰.

E aquelas teorias que você acha que já não são mais tão produtivas?

O que talvez seja um pouco empobrecedor seja uma leitura estrita da ideia de construção cultural da sexualidade, em que o corpo aparece como uma massa de modelar manipulada pela cultura. Essa foi uma maneira criativa de pensar sobre gênero, por exemplo, como também serviu para matizar a ideia de que a sexualidade seria uma “força da natureza”: essa ideia muito cara ao Ocidente, de que a sexualidade é uma

e cor, sexualidade, gênero, análises comparativas. Algumas publicações: *Razão, Cor e Desejo: Uma Análise Comparativa sobre Relacionamentos Afetivo-Sexuais inter-raciais no Brasil e na África do Sul* (São Paulo: UNESP, 2004); “Negociando com a adversidade: reflexões sobre “raça”, (homos)sexualidade e desigualdade social no Rio de Janeiro.” (*Revista Estudos Feministas*, v. 14, 2006); “Raza, género y sexualidad en Brazil contemporâneo”. In: Peter Wade; Fernando Urrea; Mara Viveros. (Org.). *Raza, etnicidad y sexualidades: ciudadanía y multiculturalismo en América Latina*. 1 ed. Bogotá: Lecturas CES, 2008.

28 Carrara, Sergio; Ramos, Silvia; Simões, Julio A.; Facchini, Regina. *Política, direitos, violência e homossexualidade*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.

29 Mais sobre essas pesquisas pode ser encontrado em:

<http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inford=57&sid=75>.

30 *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2008.

força que representa poder e perigo, para lembrar de novo a Mary Douglas³¹. Outra idéia que é poderosa para a política, mas complicada para a reflexão, é a própria noção de identidade, sobretudo quando se coloca a centralidade que gênero e sexualidade teriam na definição do que seria a identidade global e estável da pessoa. Quem trouxe questionamentos interessantes a esse respeito, na Antropologia, foi Marilyn Strathern³², na sua discussão sobre dádiva e gênero na Melanésia, um trabalho polêmico, numa linguagem às vezes obscura, mas que também é muito estimulante, com sua concepção de “pessoas compostas” e “divíduos”, que sugerem que gênero é instável e variável conforme relações, contextos e situações. A visão de que a sexualidade é uma construção histórica e culturalmente variável continua sendo um instrumento poderoso contra simplificações biologizantes ou contra visões “essencialistas” da identidade, essas ideias de que homossexuais são desde sempre profundamente iguais, independentemente do tempo e da cultura em que existem. Eu já fui talvez mais anti-essencialista, acho que hoje em dia a gente está muito mais estimulado para encarar de uma maneira mais dinâmica a relação entre corpo e cultura. O essencialismo tem lá sua relevância estratégica, para a política, para o modo como algumas pessoas organizam sua própria percepção do que significa seu desejo. Mas não serve como explicação ou referência para reflexão. Hoje em dia, também, creio que essa ideia de essencialistas *versus* construtivistas, que era um debate tão forte nos anos 70, perdeu um pouco o sentido, porque o que também se entende pelo essencialismo e construtivismo mudou, eu acho. Quer dizer, o essencialismo muitas vezes é uma leitura radicada no corpo e uma leitura talvez radicada nessa força que é o desejo, que é a orientação sexual que está inserida no corpo. Isso não se pensa mais dessa maneira, como também não se pensa só a cultura como sendo uma força externa que molda o corpo. Se a gente leva a sério a visão do corpo como um agente de cultura, prestando atenção nessas teorias sobre performatividade, temos de considerar que adquirir uma cultura não implica somente aderir a valores abstratos, mas materializar-se como pessoa e sujeito; e essa materialização tem a ver com condutas, com desempenhos, com performances reiteradas, que não são só reproduções, mas também recomeços e possibilidades.

³¹ *Pureza e Perigo*. Col. Debates. Ed. Perspectiva, São Paulo. 1.ed., 1976.

³² *O Gênero da Dádiva*. Campinas-SP, Editora Unicamp, 2006.

E até agora você não falou também do livro mais recente...

Sim, o *Na trilha do arco-íris*³³... Você permite que eu faça só umas considerações sobre isso, porque tem a ver com a minha trajetória e minha produção mais recente, de fato?

Claro...

O James Green³⁴ é uma figura importante nessa história toda, não só do ativismo, mas também na produção de pesquisas importantes sobre homossexualidade no Brasil. Ele redescobriu um trabalho de especialização pioneiro, sobre homossexualidade masculina em São Paulo, de autoria do sociólogo José Fábio Barbosa da Silva. O Jimmy republicou esse trabalho e convidou alguns colegas para fazer algumas discussões, não necessariamente para atualizar a discussão, mas para comparar temas que apareciam ali no Barbosa da Silva com o que estava se pensando e com o que estava acontecendo recentemente. Daí eu fiz um ensaio com a Isadora Lins França³⁵, que era minha orientanda de mestrado, com uma discussão sobre homossexualidade e consumo³⁶. Na época da pesquisa do Barbosa da Silva, na virada dos anos 1950 para 1960, tinha as festas de turma; depois ao longo dos anos 1970 se constitui uma espécie de espaço circunscrito de sociabilidade, bares, boates e pontos de encontro que formavam o que na época do Somos se chamava de “gueto”, que vai se transformando num mercado segmentado. Essa transformação já estava acontecendo desde o começo dos anos 80 - a Aids atrapalhou um pouco - mas se intensificou nesta última década. Então essa discussão sobre homossexualidade e consumo foi um jeito de rever a trajetória do próprio movimento homossexual. E também foi um jeito de se perguntar como é que esse mercado segmentado se relacionava com as questões ligadas à luta por direitos homossexuais. A Isadora pesquisou isso mais a fundo, tanto no mestrado, quanto no doutorado, eu orientei os dois trabalhos. É uma oportunidade interessante de organizar e

³³ Em co-autoria com Regina Facchini, *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2009.

³⁴ Atualmente é professor de história e estudos brasileiros na Brown University. Foi um dos fundadores do *Grupo Somos*. Algumas publicações: Green, J. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: UNESP, 2000. *Apesar de Vocês: a oposição e a ditadura militar brasileira nos EUA*, São Paulo: Companhia da Letras, 2009.

³⁵ Antropóloga, trabalha com os temas: movimentos sociais, sexualidade, gênero, consumo, homossexualidade e mercado. Alguns artigos: “‘Cada macaco no seu galho?’: poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual”. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Fev 2006, vol.21, no. 60. (disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n60/29763.pdf>) e “Sobre ‘guetos’ e ‘rótulos’: tensões no mercado GLS na cidade de São Paulo”. *Cad. Pagu*, Jun 2007, no.28 (disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/11.pdf>).

³⁶ Ver Green, James e Trindade, Ronaldo. *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2005.

sistematizar essas incursões na trajetória do movimento foi exatamente escrever o livro *Na Trilha do Arco-Íris*, que foi um convite e uma encomenda da Editora Fundação Perseu Abramo, que o James Green repassou para mim e que desenvolvi em colaboração com a Regina Facchini. A ideia foi fazer um texto que tivesse um caráter informativo, que pudesse reunir diferentes fontes, contemplando pesquisas e reflexões sobre homossexualidade e política. Quer dizer, antes se falava “homossexualidade”, hoje se fala “LGBT”. Então, procuramos contar a história do movimento LGBT no Brasil. E como o Brasil não é uma ilha, procuramos fazer a conexão com os movimentos pelos direitos homossexuais e LGBT que aconteceram na Europa e nos Estados Unidos. E procuramos, também, tecer algumas considerações sobre a situação atual da politização dos direitos relacionados à sexualidade e à homossexualidade em particular. A idéia era fazer um livro didático que pudesse repor o vazio deixado pelo desaparecimento editorial do livro *O que é homossexualidade?*, do Peter Fry e do Edward MacRae, um trabalho muito importante publicado na Coleção Primeiros Passos, da Editora Brasiliense, em 1983 – um livro que inclusive contribuiu para popularizar a expressão “homossexualidade”, pois até então a maioria dos estudiosos, inclusive, usava “homossexualismo”³⁷. A idéia foi tentar repetir, tanto quanto fosse possível, um pouco dessa experiência bem-sucedida que foi *O que é homossexualidade*, trazendo a abordagem das Ciências Sociais para o primeiro plano e procurando alcançar um público mais amplo.

Então, para fechar. Você vem trabalhando com movimentos sociais e movimentos sociais e sexualidade... Qual a perspectiva que você tem hoje da relação dos temas sexualidade, movimento, academia, direitos?

Hoje, não só há mais visibilidade das sexualidades dissidentes, não só a homossexualidade é muito mais visível, como também ela se fragmentou em diferentes referências identitárias, em diferentes tipos de sujeitos que reivindicam direitos. Homossexualidade é uma palavra que a gente usa na falta de uma melhor para se referir ao coletivo. Mas ela já se estilhaçou, e esse estilhaçamento tem a ver com essa situação muito especial de se produzir novos sujeitos de direitos sexuais e novas formas de regulação sexual. Nesses termos, que tipos de condutas que devem ser protegidas, que direitos devem ser ou não concedidos às pessoas por conta de sua sexualidade, tudo isso está sob revisão. É um debate que está apenas no começo. Hoje, no Brasil, há uma

³⁷ Fry, Peter e MacRae, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

crecente imbricação entre ativistas, lideranças e agentes do Estado. E temas novos não param de surgir: homoparentalidade, transexualidade, intersexualidade, relações intergeracionais, sexualidade de pessoas com deficiência. A visibilidade está articulada a uma complexa e crescente demanda por direitos e a uma ampliação do alcance do debate. Mas parece claro que, atualmente, a homossexualidade, como um grande guarda-chuva capaz de articular isso tudo, é algo cada vez mais difícil de vislumbrar no horizonte. Há uma crescente fragmentação nisso tudo, e acompanhar a fragmentação também é muito interessante. E há a questão também, que me interessa particularmente, embora não tenha dado a ela tanto esforço quanto eu gostaria, que é a articulação das experiências etárias relacionais frente a esses recortes identitários todos. No caso dos direitos especificamente, ainda tem a complicação de que, no Brasil, temos jurisprudências e não leis. No Brasil uma revista semanal hiperconservadora pode publicar uma matéria aparentemente positiva sobre a vida de jovens gays nas grandes cidades, afirmando que jovens gays vivem de bem com seus pares heterossexuais, freqüentam os mesmos lugares de paquera e diversão, não querem participar de passeatas, não querem segurar bandeiras etc. Isso não deixa de ser interessante, pode apontar outras tendências na forma como as novas gerações lidam com sua sexualidade: a identidade, tal como foi vivida por outros segmentos geracionais de gays e lésbicas, pode não ter a mesma significância para os mais jovens. Mas também sugere que segue firme e forte a tendência clássica de tolerância, ligada a corporificação da pessoa que é discreta, que não “provoca”, que sabe se comportar, que reconhece o seu lugar. Referi-me a uma matéria jornalística que, de meu ponto de vista, tem nítido viés conservador, mas também deve haver leitores que vão achá-la um horror, principalmente em nome de propalados valores religiosos. A força e o prestígio que a religião desfruta no debate público brasileiro seguem sendo uma trava poderosa para o avanço dos direitos humanos associados à sexualidade. E afinal há o Brasil, com sua ambivalência de ser um lugar onde as pessoas se mostram bastante relaxadas e desencanadas em relação à sexualidade, um lugar que inclusive pode oferecer a certos dissidentes da sexualidade e do gênero uma projeção social considerável, sob certas circunstâncias; mas que é, ao mesmo tempo, um lugar onde xingamentos, agressões e variados tipos de violência continuam a marcar a experiência de vida de quem de alguma maneira foge ao heterossexismo. A população LGBT sofre uma discriminação cotidiana, nem sempre dramática e espetacular como as situações de agressão física e morte, ainda que igualmente dolorosa. Um grande desafio ainda está em entender que essa

experiência de violência e discriminação é diferenciada, variada, complexa, cheia de sutilezas, atravessada por outras formas de diferenciação e desigualdade, que remetem a classe, status, estética, raça... Essas particularidades e os modos como se misturam e se expressam contemporaneamente constituem ainda grandes desafios conceituais, bem como grandes desafios de pesquisa, para não falar de política.